

Fundamentos teórico-práticos do pragmatismo estadunidense em História Pública: o texto *As Raízes Pragmáticas da Educação Histórica nos Estados Unidos*ⁱ, da historiadora estadunidense Rebecca Conard

Bruno Flávio Lontra Fagundes ¹

Resumo: O texto resulta de pesquisa sobre História Pública norte-americana começada há quase cinco anos e é baseado no texto *As raízes pragmáticas da Educação Histórica nos Estados Unidos*, de Rebecca Conard, publicado em 2015, avaliando fundamentos teóricos da História Pública nos Estados Unidos – em especial o conceito de história útil. Cursos de História Pública surgiram de ações conjugadas de universidades e órgãos públicos, atraindo historiadores para uma história prática que se combinava à reflexão historiográfica, como alega a autora Rebecca Conard.

Palavras-chave: História; História Pública; Historiografia.

¹ Pós-doutor pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Docente associado da Universidade Estadual do Paraná (Unespar) e do Programa de Pós-Graduação em História Pública da Universidade Estadual do Paraná (PPGHP-Unespar). Email: parabrunos@gmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0107345200784230> Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3291-4136>.

Fundamentos teórico-práticos do pragmatismo estadunidense em História Pública: o texto *As Raízes Pragmáticas da Educação Histórica nos Estados Unidos*, da historiadora estadunidense Rebecca Conard
FAGUNDES, B. F. L.

**Theoretical-practical foundations us
pragmatism in Public History: The text
*Pragmatic Roots of History Education in the
United States*, by American Historian Rebecca
Conard**

Abstract: The text is the result of research on North American Public History that began almost five years ago, and is based on the text *The Pragmatic roots of History Education in the United States*, by Rebecca Conard, published in 2015 evaluating theoretical foundations of Public History in the United States – especially the concept of useful history. Public History Courses emerged from conjugated actions of universities and public bodies, attracting historians to a practical history, that was combined with historiographical reflection, as claimed by author Rebecca Conard.

Keywords: History; Public History; Historiography.

Introdução

Este artigo visa tratar um pouco da história da História Pública norte-americanaⁱⁱ, noticiando-a desde sua institucionalizaçãoⁱⁱⁱ, as ações que adotou e as reações de autores, avaliando alguns de seus aspectos históricos e temáticos, sua tentativa de abrangência ao longo de uma tradição institucional de quase cinquenta anos e a abordagem de como se aproxima, definindo-os, do que consideram os públicos da História, terminando com o argumento da autora norte-americana Rebecca Conard, que esclareceu, em texto publicado em 2015, o conceito de “história útil” adotado por autores no interior do pragmatismo estadunidense, nos Estados Unidos, onde cursos de História convivem, se intercambiando, com cursos de História Pública.

A professora Rebecca Conard foi uma das pioneiras do movimento da História Pública nos Estados Unidos, e contraria alguns autores, como o francês radicado nos Estados Unidos Thomas Cauvin, a inglesa Jill Liddington^{iv}, Grele^v e Ryant^{vi}, estes dois últimos os quais referem-se à História Pública nos Estados Unidos como um artifício para se conseguir empregos. Aqui fazemos espécies de comentários ao texto *As raízes pragmáticas de Educação em História Pública nos Estados Unidos*, publicado em 2015 por Rebecca Conard, historiadora pública estadunidense. Ao contrário do que se crê na historiografia sobre a História Pública norte-americana, a autora discorre sobre como historiadores foram aderindo, programaticamente, a programas de formação em História que foram sendo criados com o passar do século XX enquanto ganhavam amplitude popular e públicos para além da universidade, devido a parcerias entre universidades e órgãos governamentais.

A professora Conard oferece uma leitura ampla do movimento estadunidense do que aquela interpretação que o reduz a mera procura de empregos. Liddington afirmou que “O historiador fundador dali [Robert Kelley]

declarou: a História Pública refere-se ao emprego de historiadores e do método histórico fora da academia”^{vii}. Acompanhar a caracterização do que foi o processo de História Pública no Estados Unidos, ler e tratar do texto da professora Conard é o que queremos aqui. Segundo ela, a trajetória da História Pública nos Estados Unidos teve o condão de tornar-se uma “nova norma” de formação do historiador, promovendo sua reconfiguração de formação profissional.

Em texto de 2011, Anthony Grafton e James Grossman afirmam sobre a História Pública nos Estados Unidos:

Nós não deveríamos ficar surpresos quando estudantes internalizam nossas atitudes (implícitas ou explícitas) e supõem que os “melhores” estudantes serão professores e que, para os outros ... bem ... “há sempre história pública”. Mesmo aqueles que, felizmente, aceitam empregos em escolas secundárias, por exemplo, descrevem-se como “deixando a academia” ou “deixando a profissão histórica”. Pior ainda, muitos de nossos estudantes que realmente deixam a profissão histórica, e aplicam o que eles aprenderam em escola pós-graduada para o mundo dos negócios, são vistos como tendo cruzado os limites da formação humanística para a escuridão do sujo capitalismo – como se a vida da intelectualidade fosse algo isento de motivos impuros e competição cruel.”^{viii}

Palavras preliminares - Um pouco do ataque à História Pública estadunidense nos seus primórdios no fim dos anos 1970 e princípio dos anos 1980

Entre 1978 e 1983, historiadores públicos norte-americanos, como Wesley Johnson, especialmente, tentaram, por meio de viagens, a adesão de historiadores (as) europeus a uma história pública feita a maneira dos Estados Unidos. Houve muita controvérsia e crítica,

“Eu estou ansiando”, [diz o autor], “pela época em que minha equipe tiver mais não-advogados (isto é, historiadores públicos) do que advogados, porque eu vou me aproveitar deles por menos dinheiro, e este é o ponto de partida”. Aí está: a velha proporção. Quanto mais chato o trabalho, menos dinheiro você recebe por fazer isto.^{ix}

A longo prazo, a despeito da retórica de liberdade, tais trabalhos [de história pública] conduzem o historiador tornar-se um servo do poder; um outro caminho que tomaram as ciências-sociais décadas atrás. Alguns praticantes da história pública são conscientes destes problemas, mas debates sobre estes temas não tiveram nem foco, nem audiência.^x

Mesmo que uma advertência estivesse sendo feita pelo historiador australiano Graeme Davison em 1991, rejeitando leituras apressadas da História Pública então:

Há um perigo quando acadêmicos podem pensar em historiadores públicos como meros trabalhadores alheios da fábrica da história, um grupo de submissos transformando produtos de inferior qualidade em um ritmo mais rápido e com uma taxa de remuneração mais baixa. O papel do historiador público é de fato bastante distinto daqueles dos acadêmicos e a ausência de estabilidade das garantias da independência intelectual – tradicionalmente associada com universidades – pode criar pressões éticas e econômicas de um tipo raramente experimentado pelos acadêmicos. Por outro lado, o historiador público pode desfrutar o prazer compensador de ver seu trabalho traduzido em decisões que afetam o “mundo real” e pode desenvolver uma clara e mais crítica compreensão das relações das mudanças entre o historiador e o público.^{xi} (grifo nosso)

Diz Thomas Cauvin, (2019), em especial, que a História Pública não foi criada, mas institucionalizada no fim dos anos 1970 nos Estados Unidos, uma vez que, desde o princípio do século XX, existiam já “práticas públicas” de História. O autor

faz uma cronologia. O fim dos anos 1970 e os anos 1980 haviam sido marcados por um repúdio à História Pública a maneira norte-americana, como, em 1991, alertava o historiador australiano Davison:

Selecionando o termo História Pública como um slogan para seus esforços, [o historiador Robert] Kelley e seus colegas estavam invocando uma concepção tipicamente americana de responsabilidade e interesse público. Quando eles usam o termo “público” em tais formulações como “interesse público”, “serviço público”, “processo público” ou “história pública”, americanos estão envolvendo o mundo com uma aura especial que deriva de um ideal de cidadania fundamentado na Constituição Americana e na Carta dos Direitos, refinada em doutrinas judiciais da Suprema Corte [Americana], e exposta em muitos produtos característicos da tradição liberal americana como A Filosofia Pública, de Walter Lippman, e o Grupo de Pesquisa sobre Interesse Público, de Ralph Nader.^{xii} (grifos nossos)

Já os anos 1990, para Cauvin, foram marcados por uma maior aceitação da História Pública, produzida nos Estados Unidos, quando a mesma foi pensada como uma comunicação da História, uma forma adequada de se falar com novos públicos não-acadêmicos por meio da comunicação da História de modo mais adequado de ser entendido por públicos sem formação, embora interessados pelo conhecimento do passado. O fato gerou uma compreensão da História Pública como história divulgada sem adulterar o conhecimento histórico científico. Houve, e ainda há, debate sobre qual seria esta história comunicada. Se história acadêmica divulgada por outros meios que não o livro escrito erudito ou uma outra história de cunho científico que fosse a adequação a públicos interessados, mesmo que não formados.

A trajetória da Educação em História Pública nos Estados Unidos ou a criação paulatina de órgãos e atos legais e a aproximação de historiadores da chamada “História Útil”

Estudos de Museus e Arquivos e de Preservação histórica são o foco de Conard. Em seu texto, a perspectiva é a de verificar o desenvolvimento dos programas de História Pública a partir do fim dos anos 1970, recuando a décadas antes, a título de “encontrar as raízes”:

Compreender a natureza interdisciplinar destes primeiros programas, sua importância para a profissionalização e o envolvimento de historiadores, ajuda-nos a explicar por que História Pública, como conceitualizada nos Estados Unidos, é difícil de definir com alguma precisão.^{xiii}

Os Estados Unidos têm uma longa tradição de história de comunidades e, lá, projetos comunitários enraizados de história junto a públicos de lugares. Índice disso é a grande quantidade de museus de História no país, associações comunitárias e a existência da atuante *Associação Americana para a História do estado e história local*. A autora Conard informa que “programas de universidade para treinamento aplicado primeiro surgiram em conexão com trabalho em museus”^{xiv}. Historiadores estavam completamente ausentes da criação da *Associação Americana de Museus*, em 1906, uma vez que museus eram vistos normalmente com desdém sem estarem no horizonte de expectativa dos historiadores de então. Em consequência, o trabalho em museus se desenvolveu bem mais como ramo da História Natural do que de disciplinas humanistas.

Dada a má reputação dos museus de História entre acadêmicos, não surpreende que o desenvolvimento profissional do trabalho de museu fosse dirigido por outras disciplinas que tinham como baliza colecionar, particularmente os vários ramos da história natural. Então, os programas de treinamento mais antigos estavam aliados à história natural mais do que às disciplinas humanistas, o que

queria dizer métodos de museu de catalogar, seguidos de exposição de um objeto embasado epistemologicamente, influenciado pela taxonomia lineana, ou um ranking baseado em classificação científica de animais, plantas e minerais.^{xv} (grifo nosso).^{xvi}

Durante as décadas de 1910, 1920 e 1930, grande número de universidades criaram programas de certificação – com formação em museus naturais ou Arte e História da Arte. Em 1918, o comitê de *Educação do Serviço Nacional de Parques*^{xvii} estadunidense, um dos maiores empregadores de historiadores no país, havia anunciado que os parques deveriam ser como salas de aula e museus da natureza. Com este gesto, universidades criaram programas de campo de História Natural em colaboração com parques nacionais, estreitando a relação entre universidades e a *Associação Americana de Museus*, que criou áreas educacionais dentro dos parques. Depois, os parques criaram suas Divisões de Educação com atividades museais, enfatizando ainda a História Natural recrutando arqueólogos e etnólogos como educadores, ainda sem historiadores

Os anos 1930 foram diferentes, porque os parques expandiam seu conceito de educação para abranger historiadores.

Quando em 1933, o presidente da república transferia mais de sessenta monumentos, campos históricos de guerra, e outros lugares históricos para o *Serviço de Parques*, segundo Conard o órgão passou a incluir arquitetos, paisagistas e historiadores, com estes para fixarem um novo programa de atividades de História nos parques. Os historiadores contratados tiveram de se retreinar, porque a administração dos parques estava lançando o critério de valorização da interpretação de lugares e preservação histórica. Para Conard, o *Serviço dos Parques*:

(...) rapidamente descobriu que tinha de re-treinar seu quadro de historiadores educados na universidade no que

ele, chamava “as técnicas especiais do trabalho histórico do Serviço de Parque”, querendo dizer que “quando nós nos engajamos em pesquisa no Serviço de Parque ... nós nos envolvemos em pesquisa com referência a um lugar específico”.^{xviii}

Em 1935, um ato do Congresso Americano instituiu o *Ato dos Lugares Históricos* para que o *Serviço Nacional de Parques*, por sua Divisão de História, identificasse “lugares históricos” dignos de preservação oficial, do que resultou um quadro consultivo que compreendia grupo interdisciplinar de historiadores, antropólogos e historiadores naturais. Historiadores se aproximavam do *Serviço Nacional de Parques*, auxiliando, interdisciplinarmente, na identificação de lugares com passado a ser lembrado.

Com o desenvolvimento do período do Pós-Guerra, novos impulsos foram dados ao *Serviço Nacional de Parques*, e os esforços para preservação de lugares históricos e sítios arqueológicos aumentaram, visando agora preservar áreas urbanas, com a expansão de rodovias e construção de represas em rios para criar infraestrutura. Havia em curso um movimento de preservação público e privado no país, que criou um Comitê Nacional para Lugares e Construções Históricas, em 1947. Alguns diretores mais visionários foram responsáveis por criarem critérios para seleção de lugares históricos articulados num *Ato de Preservação Histórica Nacional*, aprovado em 1966.

Houve preocupação no *Serviço de Parques* em fundir “pesquisa e interpretação históricas com técnicas de preservação histórica”.^{xix} Universidades começavam a treinar pesquisadores para o Serviço, e o critério da preservação histórica era um componente da educação para museus. Surgiu o primeiro programa de estudos de museus baseado em Humanidades, situado em *Nova York*, em 1963. A *Associação Histórica de Nova York* oferecia um curso curto de uma semana sobre manutenção de casas históricas e Programas de pós-graduação

em Museus desde então passavam a assimilar cada vez mais a participação de historiadores, induzidos por políticas públicas governamentais, bem ao contrário do que ocorrera nas três primeiras décadas do século XX.

Para a autora, o órgão público estadunidense *Serviço Nacional de Parques* usava o princípio “da interpretação [do passado] orientado pelo lugar”, o que foi muito enriquecido pelo trabalho interdisciplinar de historiadores daquele Serviço com “geógrafos culturais”, cujas atividades intelectuais requeriam o trabalho/interpretação interdisciplinar feito por historiadores, geógrafos e outros profissionais.

Diz Rebecca Conard que “a primeira turma de vinte e oito estudantes [do curso de universidade de Nova York] entrou no semestre de outono em 1964 e o curso incluía cultura folk americana, administração de museu de História e preservação urbana histórica”. Neste novo contexto, a *Associação Americana de História* – quase sessenta anos depois da fundação da *Associação Americana de Museus* – passou a reconhecer o trabalho dos museus como trabalho interdisciplinar, em função do que a associação de museus criou um programa de credenciamento institucional que funcionou até pelo menos 2015, abrindo as portas para a profissionalização dos museus com historiadores.

Houve o crescimento da relação Museu, História, Educação e Arquitetura e foi criada a pesquisa arquitetônica de lugares históricos com a aparição do “arquiteto de preservação”. Num primeiro momento, a arquitetura de preservação era considerada suficiente, mas após a Segunda Guerra, o *Serviço de Parques* contratava arquitetos para trabalharem com documentação histórica, havendo muita reação natural quanto à institucionalização da História Pública.

O texto de Rebecca Conard recupera não só o trajeto institucional da História Pública naquele país, como seu trajeto programático, trajeto de programa de curso, consagrando uma interpretação que não se reduz à procura de empregos

da parte de historiadores. A relação de convivência e/ou de colaboração entre cursos de História com os de História Pública naquele país revela aderências e resistências, mas não é o caso de se tratar disso aqui neste texto.

A História Pública, arquivos e museus: suas bases disciplinares, a ligação com cursos de História e um pouco do que são os públicos da História Pública norte-americana

Os estudos de Arquivo nos Estados Unidos eram disputados entre a História e as Ciências da Biblioteca, a Biblioteconomia, ao contrário de Museus e cursos de Preservação, que, a certo momento, foram multidisciplinares. Naquele país, uma primeira associação de arquivistas foi criada em 1909, sob a *Associação Americana de História*, embora, em 1936, os arquivistas tenham se distanciado da associação de História, criando a Sociedade Americana de Arquivistas, a qual tinha um comitê de treinamento de arquivistas composto só de historiadores.

Para Conard, historiadores acreditavam que os métodos da Biblioteconomia eram importantes ferramentas, ao mesmo tempo entendiam que arquivistas eram desatentos a princípios de origem e procedência de acervos. No fim dos anos 1960, descobriu-se que quatro universidades ofereciam, em nível de pós-graduação, cursos anuais integrais em administração de arquivos em escolas de artes liberais, enquanto dez outras universidades estavam oferecendo cursos curtos em cursos de Biblioteconomia.

Pelo fim dos anos 1970, os primeiros cursos de História Pública se institucionalizam, e cursos de Educação em Arquivos eram ofertados por cursos de História e Biblioteconomia. Em 1986, a *Universidade de Wayne*, em *Michigan*, organizou um *Programa Certificado de Administração de Arquivos*, programa interdisciplinar de pós-graduação coordenado por departamentos de História e Ciências da Biblioteca.

A autora Rebecca Conard esclarece-nos que cursos de História Pública surgiram da intercessão e justaposição de iniciativas institucionais oficiais com práticas e interesses de profissionais de História pelos museus e arquivos, mesmo que – em 2015, quando publica seu texto – Conard fosse categórica em dizer que, tendo reivindicado sempre a profissão de arquivos para si, a História estivesse claramente perdendo sua primazia em Educação de Arquivos, segundo revelavam, naquele momento, dados do *website* da *Associação Americana de Arquivistas* (AAA)^{xx}. “Falando mais genericamente, historiadores se prendiam à ideia de que métodos históricos e historiografia pertencessem ao centro da Educação de Arquivos, mesmo que eles admitissem que as posições profissionais de arquivista, curador e gestor de registros requeressem dados especiais de habilidades de gestão”.^{xxi}

Neste momento, em seu texto, a autora refere-se à relação entre estas atividades pragmáticas dos historiadores com a História Pública, confirmando que a História Pública tem raízes e precedentes que não são meramente criações para obtenção de empregos. Diz Conard que “estes primeiros programas de educação profissional precederam a emergência de História Pública como um conceito para um novo campo acadêmico”^{xxii}, como os de Educação para Museus e de Arquivos, com a Universidade da Califórnia se aproveitando do termo “História Pública” para oferecer programas de pós-graduação com viés pragmático, uma vez que campos como Arquivos e Museus estavam numa crescente e já tinham espaços institucionais conquistados, e muita procura. Em 1976, a Universidade da Califórnia, Santa Barbara, oferecia cursos com concentração em “estudos históricos públicos”,

No final dos anos 1970, na esteira do curso de História Pública da *Universidade da Califórnia*, outras universidades ofereciam cursos, aproveitando-se daquela procura pragmática. Em 1972, a Universidade de Delaware oferece seu

segundo programa de Museus “baseado em Humanidades”, incorporando o já estabelecido, desde 1952, *Programa em Cultura Material Americana Antiga*, uma pós-graduação colaborativa com o *Museu Henry Francis du Pont Winterthur*. Em 1975, a *Universidade da Carolina do Sul* firmou uma pós-graduação em História Aplicada e a *Universidade do Leste de Illinois* lançava um Mestrado em Administração Pública. Em 1976, a *Universidade do Meio Tenesse* oferecia um Mestrado em Preservação Histórica e, em 1981 doutorado de Artes em Preservação Histórica. Em 1977, a *Universidade de Nova York* oferecia uma pós-graduação em Administração em Arquivos. A este primeiro impulso foi se seguindo uma nova onda de criação de programas de História Pública e, em 2010, o campo estava estabelecido, com departamentos de História contratando docentes especialistas em História Pública.

Sobre os públicos da História Pública norte-americana

Sobre os públicos, o trabalho de Roy Rosenzweig e David Thelen é importante na historiografia estadunidense para o debate. Em “*A presença do passado: usos populares da História na vida americana*”, neste livro, os autores comentam os resultados de pesquisa concebida em 1989 que envolveu uma amostra aleatória de 808 adultos (de 18 anos ou mais), executada de 1990 a 1992 por entrevistadores treinados por um **Centro de Pesquisa da Universidade de Indiana**. O estudo procurava obter dados comparativos sobre como pessoas se envolvem com e usam o passado. Houve três pesquisas adicionais, com mais de 600 pessoas, as quais foram conduzidas em 1995 para desenvolver amostras minoritárias de afro-americanos, mexico-americanos e americanos indianos. Um total combinado de aproximadamente 2.100 pessoas foi entrevistado. O livro foi publicado em 1998.

Os autores recusavam a afirmação de Louis L Harlan, em 1989, ex-presidente da *Associação Americana de História*, de que os americanos não se importavam

com o passado. Por seu trabalho, os autores tentavam desmentir o ex-presidente da associação, mas o trabalho não foi unanimidade. No ano 2000, a revista *The Public Historian*, do Comitê Nacional de História Pública (NCPH), nos Estados Unidos, realizou mesa-redonda para discutir o livro. Mesmo tendo Rosenzweig afirmado no posfácio do livro que o passado é tomado muito mais pessoalmente pelos populares entrevistados, pondera:

Claro, definições da “boa sociedade” variam amplamente, e historiadores desempenham apenas um pequeno papel em causar largas mudanças sociais. Nossos entrevistados disseram-nos de começar com o pessoal e íntimo, o particular, e historiadores também devem começar com seus mundos imediatos – os lugares onde eles ensinam e falam sobre o passado. As mais significativas notícias deste estudo é que nós temos públicos interessados, ativos e reflexivos para o que nós queremos falar. O desafio mais profundo é descobrir como nós podemos falar – e especialmente com quais públicos. Historiadores profissionais precisamos trabalhar com mais força em escutar e respeitar as muitas maneiras com que fazedores populares de história atravessam o terreno do passado, que é tão presente para todos nós.^{xxiii}

Mesmo assim, durante a mesa-redonda o livro foi alvo de alguns ataques, e o mais raivoso dele foi de Michel Zucherman (2000), em seu texto “A Presença do Presente, o fim da História”, apresentado à mesa-redonda:

(...) A única história que importa para a esmagadora maioria de brancos americanos [de entrevistados] é história pessoal. Entrevistados revelam apenas os mínimos laços com outras pessoas. Até onde eles falam aos entrevistadores, eles cuidam apenas de si mesmos e, no melhor, de suas famílias. (...) Como fazer história pública com tais privatistas radicais? (...) Mas história se dirige exatamente para o que é além da experiência imediata. Na realidade, mesmo quando toca em nossa experiência, ela apresenta possibilidades com as quais nós aprenderemos que houve mais sobre isso do que nós

entendemos no tempo. A História oferece-nos uma perspectiva de alargamento de nossa experiência e abre para reflexão.^{xxiv}

Tratando os públicos como clientes cuja vontade de história devem ouvir e adotar, alguns autores norte-americanos mais recentemente voltaram-se para a visitação pública de museus-casa avaliando por que motivo grandes museus estavam diminuindo muito sua visitação, enquanto museus menores conseguiam aumentar as visitas. A discussão veio na esteira da afirmação de Anthony Grafton em texto citado acima que para estudantes de História sempre haveria “história pública” como alternativa para emprego e colocação profissional.

Cary Carson, em 2008, escrevia sobre “o fim dos museus de História. Qual é o plano B?”, em resposta lançada exatamente ao texto de Anthony Grafton. Depois de considerar que “Museus de História, e, em particular, museus casa históricos, parecem estar entrando na mesma queda livre do esquecimento”^{xxv}. Carson pergunta-se sobre o Plano B, indicando que tem dúvidas sobre a História Pública em museus, mencionando a luta que museus históricos têm travado para aumentar visitação

Então, há o Plano B? Ou, perguntar mais realisticamente, como nós podemos dirigir nossas instituições lutando em direção a um lugar onde nós e nossos sucessores podem eventualmente descobrir alternativas viáveis, sustentáveis para as práticas experimentadas, verdadeiras, mas agora praticamente desgastadas, nas quais nós confiamos em ensinar hoje história dos museus?^{xxvi}

Em 2012, o historiador público Benjamin Filene repisava os dilemas postos por Carson.

Parece simples: História Pública deve alcançar o público. Ainda que museus e lugares históricos lutem para fazer História importar para audiências. Nós, os defensores de

museus, lutamos para manter a visitação, financiamento seguro e defendemos seus nichos em nossas comunidades, e [ainda assim] perguntamos: Por que pessoas não entendem história? Por que elas não compartilham nossa paixão pelo passado? Por que elas não veem nossas instituições essenciais para suas vidas? Nós precisamos de pessoas para cuidar de museus, cuidado pessoal, emocional, visceral, da forma como elas cuidam de sua escola, seu cuidado de saúde, seus bairros.^{xxvii}

Filene propunha uma solução na adoção do que chamava de “histórias apaixonadas” feitas em museus bem-sucedidos. Estes adotavam o artifício de tomarem as histórias como experiências pessoais, praticadas em museus por “outsiders”, atores algumas vezes, amadores interessados mas sem formação em História, com atividades que se aproveitam da voz, da ação, das histórias de família, numa reconstituição histórica que recupera o que públicos encontram em outros lugares que não são a escola nem a universidade, histórias que fazem “voltar no tempo”, como se o tempo pudesse ser experimentado de novo, e não reconstruído.

No seio destas notícias desanimadoras, há uma agitação de atividade e energia por História num submundo vibrante: exceto que não é muito subterrâneo mas [que está] em toda parte a nosso redor. História está prosperando na cultura popular – na TV, em filmes e novela, online, e em salas de estar das pessoas. Se o interesse no passado está explodindo enquanto museus e lugares históricos estão se afundando, nós precisamos reavaliar. Talvez nós, em museus, estejamos focados muito no que nós pensamos que pessoas necessitam, ao contrário do que elas querem. O que move historiadores outsiders?^{xxviii}

Reforçando que há interesse público pelo passado, Carson ainda considerava:

Finalmente, talvez grupo não-outsider tenha uma ligação mais apaixonada com o passado do que atores. A reconstituição é impulsionada pela fantasia, mas tão atraente que não pode ser descartado – a ideia de que alguém pode voltar atrás no tempo e experimentar o que o passado pareceu e com que parece. Os atores abordam o passado a partir de fora para dentro, esperando que recriar meticulosamente uniformes, comidas, armas, formação de tropas os vão conduzir a vida interior de pessoas do passado. Os atores perseguem este sonho com particular dedicação, mas o impulso é o mesmo com que dirige turistas a rua principal da Disney, nos Estados Unidos.^{xxix}

Qual seja: não verdade, mas que atrai o interesse de públicos.

Considerações sobre o que é História Pública e o impulso útil de historiadores.

É pouco – apesar da história pública como caracterizada em cada país – o que fica sugerido por Santhiago (2016) ao supor que a História Pública estadunidense seja, ainda hoje, o que ela foi no fim dos anos 1970.

Nos Estados Unidos, tanto quanto em outros países que adotaram o modelo de public his-tory herdado da University of California, Santa Barbara, com maiores ou menores variações, a transmissão formal de um conjunto estável de teoria, metodologia e técnica (...) é que caracteriza primordialmente o “ofício do historiador público”, ao passo em que, aqui, [no Brasil] (...).^{xxx}

A institucionalização da História Pública nos Estados Unidos nos anos 1970 foi feita com a criação, em 1978, do periódico *The Public Historian* (o Historiador Público), custeado pelo poderoso Comitê Nacional de História Pública, criado em 1979. A historiadora Rebecca Conard admite que atividades de Museu e de Arquivos derivaram – desde o princípio do século XX – em trabalhos, atividades e

funções que passaram a requerer historiadores, os quais, naturalmente, se aproximavam de órgãos que requeriam seus serviços profissionais. O grande exemplo de órgão público de que a autora lança mão é o *Serviço Nacional de Parques*, que, ao longo do século XX, ao se aproximar de serviços museais de expografia, do caráter de documentos a que se atribuíam aos parques, e serviços educativos já existentes começavam a requisitar historiadores. Este foi um longo processo, como diz a autora, que informa, por exemplo, que, em 1910, quando era criada a *Associação Americana de Museus*, os historiadores estavam bastante desinteressados do assunto. Conard diz que a História Pública não nasceu como saída para falta de empregos ou rentabilidade imediata, com relação ao que o curso de História era condenado por alguns autores por não empregarem historiadores num momento de crise econômica. Os programas pós-graduados que foram aparecendo ressaltavam a natureza “ecclética” da educação profissional para uma “História útil”.

A autora desenvolve o argumento da “história útil”, confirmando que o contexto dos anos 1970 favoreceu a aproximação de historiadores acadêmicos ao “lado aplicado” da disciplina.^{xxxix}

O que é notável nos anos 1970, como muitos observaram, é que historiadores acadêmicos começaram a cortejar o lado aplicado da disciplina, motivados, no mínimo em parte, por um mercado carente por posições estáveis de ensino. Ainda, dado o envolvimento de historiadores em desenvolvimento de programas de grau em Estudos de Museu, Preservação Histórica e Educação de Arquivos antes de 1970, parece que os lados acadêmico e aplicado da disciplina teriam eventualmente se reunidos sob algum abrigo.^{xxxix}

A autora advoga que, em anos mais recentes a 2015, intelectuais têm agregado “um aparato intelectual para as variedades de prática vagamente amalgamadas dentro da História Pública”, mesmo que praticantes (como é

comum dizer-se nos Estados Unidos) da História Pública considerem algumas colocações intelectuais como “teorização supérflua”. Quando, em 1986, nos Estados Unidos, a *People’s History* inglesa – uma vertente da história pública ligada a Raphael Samuel na Inglaterra, provinda da educação de adultos ingleses que não concluíram sua escolarização média e que propugnava a História Aplicada como participação de historiadores em tomadas públicas de decisão – adentrou o cenário norte-americano da História Pública, para Conard isso não abalou o que considerava uma atuação conjunta do intelectual e do praticante de história pública: “A despeito de diferentes construtos de História Pública, ambos os lados vieram para se misturar, trabalhando mesmo lado a lado, sob a mesma bandeira”.^{xxxiii} Para a autora, a noção de história útil era mais antiga, descendia do ano de 1912 quando “novos historiadores” norte-americanos defendiam os historiadores para contribuírem com o “progresso geral da sociedade” ou “o uso não-acadêmico para informar decisões políticas, criar memória institucional e fomentar a mentalidade cívica”.^{xxxiv}

Os trabalhos sobre memória e história ganharam força e entraram para o pensamento da pragmática da História Pública norte-americana, movendo-se “para além do conceito passivo de ‘consciência de audiência’ para considerar as funções dinâmicas com que audiências, como consumidores ou usuários de história, jogam em moldar representações do passado”.^{xxxv} A autora desenvolve o argumento de uma história pública que se faz da colaboração de aportes intelectuais à utilidade com que praticantes da História Pública norte-americanos precisam para fazer de suas práticas práticas que requerem a participação/colaboração intelectual de historiadores. Rebecca Conard conclui oferecendo uma quase profissão de fé, o que ela qualifica como um “giro pragmático” no pensamento histórico nos Estados Unidos. Diz ela: “Alguém poderia continuar, mas a questão é que o aparato intelectualmente associado à História

Pública cresceu exponencialmente nos últimos vinte e cinco anos, e muito desta erudição foi produzida por historiadores”

A autora assegura que houve relação entre intelectualidade e prática, sem haver distinção entre saber e fazer, pela qual define postulados filosóficos e epistemológicos das práticas do campo promovidas pela História Pública naquele país: “Isto permite-nos examinar os aspectos filosóficos e epistemológicos da prática histórica pública e, por extensão, onde o pensamento intelectual se adequa dentro da educação em História Pública”. Mas lamenta a autora que, filosoficamente, historiadores norte-americanos não consensuaram, ainda em 2015, o que seja História Pública e muito da separação ainda permanece.

A autora não separa História de História Pública naquele movimento de valorização da História Oral dos anos 1960, avaliando o conceito unitário de “história útil” e que “relações de poder” foram analisadas para se saber como o passado era lembrado e moldado para vir a se tornar “história”. “Agência histórica” e “autoridade compartilhada” foram valorizados como conceitos que acionavam a ação de públicos e a relação de historiadores profissionais com públicos para a definição de História Pública.

Os trabalhos de David Lowenthal, Michael Frisch, Ed Linenthal e Michel-Rolph Trouillot em particular, move-nos para além do conceito passivo de consciência de audiência para considerar as funções dinâmicas que audiências, como consumidores ou usuários de história, jogam em moldar representações do passado.

A autora insiste em afirmar a importância de historiadores para o desenvolvimento da História Pública estadunidense, recusando a posição, muitas vezes contestadora e negadora do campo, promovida por alguns intelectuais: “o aparato intelectualmente associado à História Pública cresceu exponencialmente nos últimos vinte e cinco anos, e muito desta erudição foi produzida por

historiadores”.^{xxxvi} Nos últimos vinte e cinco anos, diz ela, o desempenho intelectual da História Pública não está desprovido de uma teoria.

Para Conard, os “fundamentos” de uma História Pública estadunidense resultava de práticas derivadas de muita colaboração e entrelaçamento de iniciativas que não se reduziam a uma História Pública isolada da área de História propriamente dita. Um “giro pragmático” (Conard) ou história pragmática ao que, não só historiadores eram requisitados, como dela se aproximavam com naturalidade.

(...) historiadores treinados orientados para universidade, que, por uma razão ou outra, for-jaram carreiras pioneiras em prática histórica, participaram em múltiplos nós de profissionalização, e assim usaram sua expertise e redes profissionais de trabalho para completar o círculo, ao desenvolver programas de grau universitários para treinar seus sucessores. (p.119)

O que Conard dizia ser um giro, O'Donnel qualificava de “falácia”, de “falácia pragmática”.^{xxxvii} No mínimo, seria possível se falar de um “consenso tácito” entre [muitos] historiadores ao aceitarem cargos e funções que nem sempre estavam locados em ou legitimados por universidades, embora delas, em última instância, se aproximassem. Porque, para Conard, aquela não era uma História Pública que se iniciava nos anos 1970^{xxxviii} e nem somente dentro de universidades. Seus textos, e as iniciativas que esquadrinha apresentam a intercessão de historiadores com outros profissionais numa colaboração interdisciplinar, e apresenta uma teoria, forjada na colaboração e na interdisciplinaridade, mesmo que fundada numa pragmática interinstitucional da qual derivaram princípios e postulados.

Ainda para Conard, a ideia do pragmatismo seria adequada para “caracterizar os múltiplos modos de profissionalização e treinamento que convergiram para tornar história pública estilo americano, nos anos 1970”. Para

ela, o que O'Donnel chamava “falácia pragmática”, era o “giro pragmático”, ao qual definira.

Nos Estados Unidos, as complexas raízes da História Pública fizeram dela uma prática interdisciplinar por excelência, práticas muito menos degradantes do que alguns autores escarneceram, práticas às quais foram se tornando muito alinhadas com História.

Propunham um “presente especial”, onde a história era como “as memórias das coisas ditas e feitas” antecipando eventos futuros, em que passado e futuro eram “parte integral e viva de nosso mundo [presente] de humana aparência”.

O trabalho de historiadores e outros intelectuais, tais como Michel Frisch, David Thelen, David Glassberg, Michael Kammen e John Bodnar, nos Estados Unidos; Pierre Nora e Michel Foucault, na França; Alessandro Portelli, na Itália; e Raphael Samuel na Inglaterra, alinharam-se ao ensaio de Carl Becker dentro de uma nova linha de investigação histórica que enormemente enriqueceu o ensino e o estudo de História Pública.^{xxxix}

Foram encontros profissionais e em serviços dentro de equipes e comitês que fizeram as práticas profissionais se cruzarem. O campo da História Pública foi muito marcado pela História em atividades profissionais interdisciplinares. Para Rebecca Conard, hoje, com quase cinquenta anos da institucionalização da História Pública, verifica-se que foram os historiadores que mais avançaram na confecção de conceitos para a História Pública. Uma ideia de “história útil” não foi resultado de historiadores do fim dos anos 1970, mas já se manifestava em historiadores americanos do princípio do século XX, como os Novos Historiadores norte-americanos Charles Beard, James Harvey Robinson e Carl Becker. Foi Carl Becker (1932), historiador estadunidense, presidente em 1931 da Associação Americana de História, quem propôs, com seu texto já clássico de 1932, *“Todo homem, seu próprio historiador, uma interpretação subjetiva e relativista da*

história no contexto da historiografia estadunidense”, defendendo maior aproximação da História com o público. Becker concluía: “se intelectuais não adaptam conhecimentos esotéricos às necessidades da sociedade, assim eles fazem pouco mais do que ‘cultivar uma espécie de arrogância profissional seca’ para ‘uma história que se encontra inerte em livros não lidos que não funcionam no mundo’.^{xi}

O texto de Carl Becker defendia que é no dia a dia da vida humana que todos os homens (e mulheres) entendem a importância do passado (as “coisas ditas e feitas”, lembradas) para lidar com o futuro. Para a professora Conard, o impacto do texto de Becker não foi pequeno.

A autora enxerga a História Pública estadunidense numa perspectiva pragmática, sim, mas, acima de tudo, interdisciplinar, com educadores, museólogos, psicólogos sociais, administradores de organização, arquitetos, arquivistas. Embora ancore seus argumentos em épocas mais distantes do que os anos 1970, tão identificados com a institucionalização da História Pública em seu país, o retrospecto da autora é o de enxergar na História Pública um trajeto interdisciplinar e que teve na universidade, mas também em outras iniciativas públicas, num amplo arco de entendimento, colaboração e trocas.

o impulso da História Pública [nos Estados Unidos] nasce de uma crença fundamental na utilidade da história e de uma persistente busca para aplicar conhecimento histórico às necessidades contemporâneas da sociedade. Em décadas mais recentes, o rico corpo de de-senvolvimento intelectual em memória e história, agência histórica e autoridade, e a função do poder na produção de História, têm mudado sempre nossa percepção de audiências como receptores passivos de conhecimento histórico para ativos agentes nos processos de fazer história.^{xli} (grifo nosso)

As reflexões baseadas em estudos sobre públicos em relação a suas memórias, individuais ou coletivas, é um dos campos que podem ser mencionados como algum que alterou a História Pública dos Estados Unidos, dos anos 1970 do século XX para hoje, no século XXI. Valorizar públicos como agentes ativos no processo de fazer história. Como diz Conard: combinar “campos práticos de ensino e produção intelectual”. Foi assim que se fez, e se faz, a História Pública estadunidense. Para isso, Conard oferece leitura com um viés estimulante de conhecimento, sem ficar presa à mera procura de empregos num momento de crise de empregabilidade nas universidades estadunidenses.

Notas

ⁱ As traduções de língua inglesa foram feitas por nós.

ⁱⁱ Estadunidense e norte-americano (a). Ambas as terminologias serão usadas aqui, ora uma, ora outra, por força do hábito e não por escolha teórica.

ⁱⁱⁱ CAUVIN, Thomas. A ascensão da História Pública: uma perspectiva internacional. **Revista NUPEM**, v.11, n.23, p. 8-28, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unespar.edu.br/nupem/article/view/5724>

^{iv} LIDDINGTON, Jill. O que é história pública? O público e seus passados. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAL, Marta Gouveia de Oliveira (Orgs.). **Introdução à História Pública**. SP: Letra e Voz, 2011. p. 31-52.

^v GRELE, Ronald. Whose Public? Whose History? What Is the Goal of a Public Historian? [Público de quem? De quem é a história? Qual o objetivo de um historiador público?]. **Revista The Public Historian**, v.3, n.1, p.40-48, 1981. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3377160>

^{vi} RYANT, Carl The Public Historian and Business History: A Question of Ethics. [História e história negócio: uma questão de ética]. *The Public Historian*, v. 8, n.1, p. 31-38, 1986. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3377072>.

^{vii} LIDDINGTON, Op. cit., p.340.

^{viii} GRAFTON, Anthony; GROISSMAN, Jin. **No more plan b**: a very modest proposal for graduate programs in history. [Não mais Plano B. Uma proposta muito modesta para programas graduados de História Anthony T. Grafton and James Grossman. Oct 1, 2011. s.p Disponível em:

file:///C:/Users/User/Downloads/Anthony_Grafton_and_James_Grossman_No_Mo.pdf.

^{ix} O'DONNELL, Terence. Pitfalls along the Path of Public History [Armadilhas ao longo do caminho da História Pública] **Revista The Public Historian**, v.4, p. 65-67, 1982. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3377583>. p. 09.

- ^x GREEN, Howard. A Critique of the professional Public History Movement. [Uma crítica do Movimento Profissional da História Pública]. **Radical History Review**, v.25, p. 164–171, 1981, p.168
- ^{xi} DAVISON, Graeme. Paradigms of Public History [Paradigmas da História Pública]. *Australian Historical Studies*, v.24, n.15, p. 4–15, 1991. Disponível em <https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/10314619108595865>. p.5.
- ^{xii} Idem, p.6.
- ^{xiii} CONARD, Rebecca. The pragmatic roots of History Education in the United States. [As raízes pragmáticas de Educação Histórica nos Estados Unidos] **The Public Historian**, v.37, n.1, p. 105–120, 2015. Disponível em: <https://online.ucpress.edu/tph/article-abstract/37/1/105/90636/The-Pragmatic-Roots-of-Public-History-Education-in?redirectedFrom=fulltext>, p. 106.
- ^{xiv} Idem, p. 106.
- ^{xv} Idem, p. 107.
- ^{xvi} A pesquisadora chama atenção para o caso da Universidade de Iowa, onde o nascimento de Estudos de Museu foi com um professor de Zoologia, Homer Dill, que implantou, já em 1908, curso com métodos de museu e técnicas de Exposição. Hoje, mais de cem anos depois, este programa certifica na universidade estudantes de qualquer curso de graduação interessado que julgue a matéria importante na sua formação.
- ^{xvii} O Serviço Nacional de Parques nos Estados Unidos foi criado em 1916 e é uma agência gigante do governo federal que responde pela administração de 58 parques nacionais e 333 parques de interesse local histórico e cultural, sendo um grande empregador de historiadores.
- ^{xviii} CONARD, Op. Cit., 2015, p.109.
- ^{xix} Idem, p. 10.
- ^{xx} Conard acrescenta que um terço dos programas pós-graduados naquele momento, em 2015, vigentes nos Estados Unidos tinham um alinhamento com a História, e, importante, normalmente com cursos de História Pública.
- ^{xxi} Idem, p. 114.
- ^{xxii} Idem, p. 114.
- ^{xxiii} ROSENZWEIG, Roy. **The presence of the past**. Popular uses of History in American Life. Posfácio. Disponível em <https://chnm.gmu.edu/survey/afterroy.html>. Site, S.p.
- ^{xxiv} ZUCHERMAN, Michael. The Presence of the Present, the End of History **The Public Historian**, v. 22, No. 1, 2000, p. 19–22. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3379326>. p.19–20.
- ^{xxv} CARSON, Cary. The End of History Museums: What's Plan B? [O fim dos museus de História. Qual o plano B?] **The Public Historian**. Vol. 30, No. 4, p. 9–27, 2008. Disponível em: <https://www.bu.edu/haa/files/2011/10/carsoncary.pdf>. p. 01.
- ^{xxvi} Idem, p. 8.
- ^{xxvii} FILENE, Benjamin. Passionate Histories: “Outsider” History-Makers and What They Teach Us [Histórias apaixonadas. Fazedores de História Outsiders e o que eles ensinam-nos] **The Public Historian**, Vol. 34, n. 1, p. 11–33, 2012. Disponível em: <https://ncph.org/wp-content/uploads/2013/12/Filene-Outsider-History-Makers-Essay.pdf>. p. 12.
- ^{xxviii} Idem, p. 14.

^{xxix} CARSON, Cary. The End of History Museums: What's Plan B? [O fim dos museus de História. Qual o plano B?] **The Public Historian**. Vol. 30, No. 4, p. 9-27, 2008. Disponível em: <https://www.bu.edu/haa/files/2011/10/carsoncary.pdf>, p. 18.

^{xxx} SANTHIAGO, Ricardo. Duas palavras, muitos significados: alguns comentários sobre a história pública no Brasil. In: MAUAD, Ana M; ALMEIRA, Juniele R.; SANTHIAGO, Ricardo. **História Pública no Brasil**. Sentidos e Itinerários. SP: Editora Letra e Voz, 2016, p. 23- 36, p. 25

^{xxxi} CONARD, Op. Cit., 2015, p. 115. A ânsia pela aplicação da História, segundo Henry Rousso (1984), não teria poupado nem mesmo Marc Bloch. "Qual historiador, quão "desinteressado" seja ele, não sonhou um dia de ver suas opiniões escutadas, senão entendidas? Marc Bloch, em seu tempo e a sua maneira, não resolveu, parece-me, esta ambivalência entre história gratuita e história útil. Ele escreve, de um lado, não sem firmeza: "ninguém, eu imagino, não ousaria dizer hoje [em 1942], com os positivistas sofisticados, que o valor de uma pesquisa se mede, em tudo e por tudo, a sua atitude de servir à ação". Ele distingue cuidadosamente a utilidade da história, no senso pragmático do termo, de sua legitimidade intelectual, fundada sobre uma abordagem cognitiva da qual as aplicações não são seu progresso. Mas, por outro lado, ele [Bloch] não se furta de constatar uma evidência, uma inclinação natural do homem: o conhecimento está ao serviço da ação e a precede em boa lógica" (Rousso, 1984, p. 67).

^{xxxii} CONARD, Op. Cit., 2015, p. 116.

^{xxxiii} Idem, p. 116.

^{xxxiv} Idem, p. 116.

^{xxxv} Idem, p. 117.

^{xxxvi} Idem, p. 118.

^{xxxvii} O'DONNEL, Op. Cit., 1982, p. 66

^{xxxviii} CONARD, Op. Cit., 2015, p. 118.

^{xxxix} Idem, p. 116-117.

^{xl} Becker, 1932 *apud* Conard, Op. Cit., 2015, p. 119.

^{xli} CONARD, Op. Cit., 2015, p. 118.

Referências

BECKER, Carl. Everyman His Own Historian. [Todo homem seu próprio historiador] **The American Historical Review**, vol. 37, n.2, p. 221-236, 1932.

CARSON, Cary. The End of History Museums: What's Plan B? [O fim dos museus de História. Qual o plano B?] **The Public Historian**. Vol. 30, No. 4, p. 9-27, 2008.

CAUVIN, Thomas. A ascensão da História Pública: uma perspectiva internacional. **Revista NUPEM**, v.11, n.23, p. 8-28, 2019.

CONARD, Rebecca. The pragmatic roots of History Education in the United States. [As raízes pragmáticas de Educação Histórica nos Estados Unidos] **The Public Historian**, v.37, n.1, p. 105-120, 2015.

DAVISON, Graeme. Paradigms of Public History [Paradigmas da História Pública]. **Australian Historical Studies**, v.24, n.15, p. 4-15, 1991.

FILENE, Benjamin. Passionate Histories: "Outsider" History-Makers and What They Teach Us [Histórias apaixonadas. Fazedores de História Outsiders e o que eles ensinam-nos] **The Public Historian**, Vol. 34, n. 1, p. 11-33, 2012.

GRAFTON, Anthony; GROISSMAN, Jin. **No more plan b:** a very modest proposal for graduate programs in history. [Não mais Plano B. Uma proposta muito modesta para programas graduados de História Anthony T. Grafton and James Grossman / Oct 1, 2011.

GREEN, Howard. A Critique of the professional Public History Movement. [Uma crítica do Movimento Profissional da História Pública]. **Radical History Review**, v.25, p. 164-171, 1981.

GRELE, Ronald. Whose Public? Whose History? What Is the Goal of a Public Historian? [Público de quem? De quem é a história? Qual o objetivo de um historiador público?]. **Revista The Public Historian**, v.3, n.1, p.40-48, 1981.

LIDDINGTON, Jill. O que é história pública? O público e seus passados. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAL, Marta Gouveia de Oliveira (Orgs.). **Introdução à História Pública**. SP: Letra e Voz, 2011. p. 31-52.

O'DONNELL, Terence. Pitfalls along the Path of Public History [Armadilhas ao longo do caminho da História Pública] **Revista The Public Historian**, v.4, p. 65-67, 1982.

RYANT, Carl The Public Historian and Business History: A Question of Ethics. [História e história negócio: uma questão de ética]. **The Public Historian**, v. 8, n.1, p. 31-38, 1986.

ROSENZWEIG, Roy; Thelen, David. **The presence of the past**. Popular uses of History in American Life [A presença do passado. Usos populares de História na vida americana]. Columbia University Press, 1998.

ROSENZWEIG, Roy. **The presence of the past.** Popular uses of History in American Life. Posfácio.

ROUSSO, Henry. Applied History, or Applied History, or the Historian as Miracle-Worker [História Aplicada ou o historiador como um trabalhador milagroso]. **The Public Historian**, v.6, n.4, p. 65-85, 1984.

SANTHIAGO, Ricardo. Duas palavras, muitos significados: alguns comentários sobre a história pública no Brasil. In: MAUAD, Ana M; ALMEIRA, Juniele R.; SANTHIAGO, Ricardo. **História Pública no Brasil.** Sentidos e Itinerários. SP: Editora Letra e Voz, 2016, p. 23 - 36.

ZUCHERMAN, Michael. The Presence of the Present, the End of History **The Public Historian**, v. 22, No. 1, 2000, p. 19-22.

Submetido: 15/06/2024

Aprovado: 05/10/2024

Publicado: 24/01/2025